

AFROFUTURISMO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Michelle Laura da Silva ¹

RESUMO

O afrofuturismo é um movimento artístico, estético, cultural e político que combina elementos da ancestralidade negra com o campo das artes, tecnologia, cinema, literatura, moda, entre outros, com intuito de ressignificar e/ou construir novas narrativas de futuros negros. No Brasil, o afrofuturismo é um movimento recente, eclodindo em território nacional a partir dos anos de 2010, e vem se destacando e ganhando notoriedade no campo das discussões da educação étnico-racial. Nesta direção, este estudo busca refletir sobre as potencialidades do afrofuturismo e suas possíveis contribuições e interconexões para com a educação e a educação antirracista a partir da leitura de teóricos e expoentes que discutem as respectivas temáticas. A análise crítica destes dois elementos vislumbra evidenciar os processos de tentativas de embranquecimento e apagamento da história negra, assim como, valorizar os saberes ancestrais negros e suas capacidades de reinvenção para contar a história que a história não conta e possibilitar novos caminhos para construção de uma educação antirracista. Para tal, a pesquisa é fundamentada numa bibliografia que discute o movimento afrofuturista e a educação antirracista, dentre os quais citamos, por exemplo, Fábio Kabral, Esdras Souza, Kleyson Assis, bell hooks, Eliane Cavalleiro, Ramón Grosfoguel. Partimos da hipótese de que o afrofuturismo fortalece e legitima a inserção das populações negras na história social, cultural, política e econômica, tal como a afirmação da identidade negra e participação ativa nas narrativas de futuro, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação antirracista, viabilizando a justiça cognitiva e ainda um possível dispositivo para execução da Lei 10.639/03, essencial para o enfrentamento e superação do racismo e epistemicídio presentes em diversos espaços educacionais.

Palavras-chave: Afrofuturismo, Educação antirracista, Cultura, Ensino, Epistemicídio.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil enfrenta desafios na contemporaneidade quando se trata da temática étnico-racial, o processo de escolarização da população negra vivencia sucessivos episódios de negação de sua história e identidade, fazendo prevalecer no ensino e aprendizagem a história eurocêntrica branca.

Por muito tempo, os “heróis nacionais” representaram a figura do salvador da pátria, sendo estes em sua maioria homens cis brancos e héteros, diante desta realidade outros grupos, como das comunidades negras, dos povos indígenas, dos quilombolas, etc., foram submetidos no esquecimento coletivo social, cultural e político.

Apesar da educação brasileira se deparar com desafios frente à temática racial, a Lei 10.639/03 é legitimada em território nacional com intuito de diminuir essas arestas

¹ Mestranda em Educação na Universidade de São Paulo - USP, michelle.laura@usp.br

educacionais, de modo que obriga o ensino da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas do Ensino Básico² brasileiro.

A Lei 10.639/03 se apresenta como um avanço em território nacional, contudo, segundo uma pesquisa³ realizada em 2023 pelo Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana, ano que marca os 20 anos da lei, 71% das Secretarias Municipais de Educação realizam pouca ou nenhuma ação para efetivação de sua implementação.

Diante deste cenário, abordar a temática racial nos espaços escolares convencionais figura o confronto com a realidade brasileira que insiste em negar sua história racial, persistindo em ideologias raciais que colaboram para o apagamento histórico e de identidade da população negra ao dar maior atenção e importância para o embranquecimento epistêmico, cultural e político.

É neste contexto educacional que o afrofuturismo se apresenta como um mecanismo estratégico para a construção de uma educação antirracista, pois realiza uma interconexão e reflete os diferentes tempos (passado, presente e futuro), no qual a população negra é protagonista de sua própria história.

Apesar de o termo “afrofuturismo” ter surgido em 1990, há uma discussão no campo dos estudos afrofuturistas que afirmam que o afrofuturismo surgiu na década de 1950 tendo como expoente o *jazzista Sun Rá*, considerado o pai do movimento afrofuturista. Nesta direção, o afrofuturismo, tem como intuito questionar e ressignificar a imagem e presença da negra/o no ocidente, tornando-se um movimento pluridisciplinar no campo das artes e tecnologia (música, artes plásticas, moda, filmes, etc.) “que estabelece o encontro entre a história, o resgate da mitologia e cosmologias africanas com a tecnologia, a ciência, o novo e inexplorado” (Brasil, 2015).

A origem deste movimento se dá inicialmente no campo da literatura no que tange, principalmente, a temática da ficção científica e realismo fantástico, e com o passar do tempo vai abarcando diferentes temáticas e adentrando espaços num futuro que antes eram negados às pessoas negras.

O universo intangível das distopias, do horror, dos romances dentre outros gêneros literários são alguns dos mundos que o afrofuturismo projeta futuros negros, reafirmando a existência de seu povo e legitimando a projeção de inserção nesses

² Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

³ Pesquisa: Lei 10.639/03 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana.

espaços onde pensar o futuro e o futuro negro se torna algo leve, de existência plena em diferentes espaços da sociedade.

No decurso de sua existência, o movimento afrofuturista se expande e passa a se expressar não só no campo da literatura, mas também da moda, música, artes visuais e artes plásticas, filmes dentre outras manifestações artísticas e culturais, se estabelecendo como um movimento multidisciplinar nas suas expressões artísticos-culturais.

Dessa forma, o afrofuturismo passa a ser conhecido como um movimento estético cultural, que ao combinar elementos da ficção científica com realismo fantástico e fantasia tem como objetivo retratar os dilemas e inquietações dos negros e, ainda, interrogar eventos históricos relacionados ao racismo global. (Gnipper; Yuge, 2019).

Diante deste cenário, as discussões que este trabalho pretende realizar permeia possibilitar uma reflexão sobre as possíveis interconexões entre o afrofuturismo e a educação, ao levar em consideração a aquisição de saber por outros meios que independem dos meios tradicionais eurocêntrico e branco.

A metodologia adotada se insere no campo dos estudos qualitativos e de caráter descritivo-analítico e bibliográfico, na qual a mesma baseia-se em autoras e autores que discutem e analisam o movimento afrofuturista e a educação, visando as potencialidades que este movimento pode proporcionar para a implementação de uma educação antirracista no Brasil.

Diante disso, o objetivo principal deste artigo visa compreender as potencialidades do afrofuturismo e suas possíveis conexões para com a educação, possibilitando um debate fronteiro do saber entre dois elementos que produzem conhecimento de formas distintas, levando em consideração que a forma, neste caso, não impede de que os mesmos se entrelaçam, construindo assim, novos formatos de disseminação e aquisição de saber.

Afrofuturismo e Educação Antirracista

O termo, ou seja, a palavra “afrofuturismo” surgiu na década de 1990, criado por Mark Dery, um autor americano que produziu o artigo *Back to the future: Interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate and Tricia Rose*. Com esse artigo, Mark busca entender a ausência de pessoas negras, assim como, de escritores negros e negras no universo da ficção científica.

A discussão sobre o futuro é um fator emblemático para o afrofuturismo, não é possível construir uma reflexão de futuro sem retornar ao passado e pigmentar o presente, pois são tempos que dialogam com as possibilidades de imaginar futuros negros. Ao rebuscar o passado e presente, é possível notar que os grupos subalternizados, ao qual incluímos a população negra, não têm direito sobre a própria existência e pensar o futuro de pessoas negras nesse contexto de dizimação de seu próprio povo é por si só um ato de resistência. (Souza; Assis, 2019).

O afrofuturismo tem como umas (dentre tantas outras) das narrativas principais a ficção especulativa e realismo fantástico, visa criar novos caminhos de futuro negro, onde pessoas negras tem a possibilidade de viver na plenitude em diferentes âmbitos da sociedade com chnces reais de se verem no futuro, dessa forma, o afrofuturismo rejeita essa narrativa de uma história que só retrata o negro e a negra num lugar sofrível e violento.

A temática afrofuturista surge como um convite para a criação de narrativas afro-inspiradas, em todas as esferas possíveis. No contexto do afro-Brasil, tal necessidade se torna ainda mais urgente, tamanha a carência de visões e narrativas nas quais os afrodescendentes sequer existam, pelo menos para além de estereótipos ambulantes (Kabral, 2020).

Assim, o afrofuturismo abarca a estética, a arte e a cultura negra como uma movimento também político, que explora e experimenta diversas expressões culturais para que se faça visto, ouvido e respeitado em diferentes espaços, e consequentemente introduzir no pensamento colonial, branco e racista, que as produções de conhecimento das populações negras vem de longe e carregadas de muita sabedoria.

O movimento afrofuturista, ao se legitimar no decorrer da segunda metade do século XX, esbarra em movimentos negros que estavam manifestando e reivindicando seus direitos em meio a uma sociedade capitalista racista, como os movimentos pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e o Pan-Africanismo, capilarizando as estéticas e imprimindo novas narrativas de luta no cenário cultural, alocoando a população negra e suas experiências como agentes participativos e contribuintes da história no campo cultural, político e social.

Com a efervescência do Pan-Africanismo na segunda metade do século XX, a corrente afrofuturista avança com suas pautas de fortalecimento da identidade e autoconhecimento das populações negras (africanas e afro-diaspóricas), possibilitando a continuidade da afirmação de uma atitude de resistência frente à supremacia branca por meio de produções culturais e movimentos sociais abolicionistas. (Dias, 2020).

É neste contexto que, o afrofuturismo explora diferentes campos da cultura para marcar presença, na música com Sun Rá, considerado o pai do afrofuturismo, “que utilizou a arte (figurino, música, performance, poesia, etc.) como forma de crítica ao sistema de supremacia racial branca”, e com Janelle Monáe, uma artista plural (cantora, bailarina, compositora e atriz) que em suas músicas expressa suas visões de futuro, onde afirma estar no controle da própria narrativa e do próprio corpo, usando em seus clipes a estética afrofuturista ao explorar a narrativa da ficção científica. (Souza; Assis, 2019, p.67).

No Brasil, o afrofuturismo vem ganhando espaço e sendo explorado, principalmente pela juventude negra, onde se destacam Fábio Kabral e Lu Ain-Zaila no campo da literatura, dois autores que produzem livros com narrativas e estéticas afrofuturistas, no campo acadêmico temos como expoente Kênia Freitas, que vem teorizando o termo em espaços universitários, no campo da música destacam-se as cantoras Ellen Oléria com um álbum chamado *Afrofuturista*, Xênia França que reverencia o som advindo da diáspora negra e explora a estética afrofuturista, e o cantor Jonathan Ferr, que se intitula como *Afrofuturist Pianist*, onde explora e se expressa no *jazz* construindo um som transcendental, no campo do cinema, temos o mais recente filme “Marte Um”, representando o Brasil no Oscar de 2023, com elementos do afrofuturismo, retrata o cotidiano de uma família negra e a luta pela garantia de seus sonhos, dentre tantos outros e outras artistas negras que vem inserindo cada vez mais a narrativa e estética afrofuturista em suas produções.

Diante deste contexto de expressões artísticas em diferentes espaços, expressada por artistas negros e negras da diáspora, é possível identificar que,

O movimento afrofuturista tem uma estética própria e possui alguns elementos característicos singulares, como o reconhecimento de África como a terra originária de todas as pessoas pretas no mundo e o respeito a sua ancestralidade. Outra característica importante é que, por se tratar de um movimento voltado para pessoas negras, trabalha-se com o protagonismo negro, baseado nas narrativas verdadeiras sobre esse povo. Para o afrofuturismo, a ideia de um continente destruído, caótico e sem produção intelectual pulsante não existe. Foi uma invenção distorcida, criada pela supremacia racial branca e que se cristalizou como verdade no decorrer dos anos. (Souza; Assis, 2019, p.69).

Assim, ao refletir sobre o movimento afrofuturista, se pretende com este artigo, pensar seus elementos e características que potencializam o autoconhecimento e afirmação da identidade, da história e da contribuição e participação das pessoas negras na sociedade, resgatando o passado e presente e alimentando o futuro com a presença

ativa de pessoas negras, incluindo a mudança do percurso de retratação da história negra em espaços educacionais.

O século XXI, no que tange o campo acadêmico, se mostra como um espaço farto e diverso, onde diferentes epistemologias têm sido produzidas, nas quais reivindicam seus lugares de fala e produção do conhecimento que não se condicione apenas ao conhecido “cânone do pensamento epistêmico eurocêntrico e branco”.

O racismo, se configura como um dos problemas mais emergentes da contemporaneidade e se estende para o campo educacional, adquirindo a nomenclatura de racismo epistêmico, no qual são praticados diversos apagamentos sociais do conhecimento produzido pelo povo que “não faz parte” das epistemologias produzidas pelo pensamento eurocêntrico e euro-norte americano.

Para Grosfoguel (2016, p.25),

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo.

Um dos mecanismos utilizados por essa estrutura de dominação por meio do conhecimento/saber é letal devido a modificações implementadas nos processos históricos, onde geralmente só se conhece uma parte da história, e pelo olhar do “vencedor” que nesse caso é como se apresentam os chamados países “desenvolvidos”, e não dos “vencidos” conhecidos como os países “subdesenvolvidos”.

Diante deste contexto, onde as estruturas de domínio sobre o saber, que inclui discussões sobre a definição da a verdade e da realidade legitimado em grande parte pelas epistemologias produzidas pela supremacia branca euro-norte-americana, coloca as demais epistemes num lugar de subalternidade, o que acarreta na desqualificação de outros conhecimentos e outras vozes advindas das “margens”.

Dessa forma, ao entender que o *modus operandi* da produção intelectual dos saberes e conhecimentos produzidas na contemporaneidade ainda é baseada sob o regime europeu, grupos minorizados⁴ acabam sofrendo uma injustiça cognitiva, onde são submetidos a um conhecimento embranquecido e conseqüentemente a uma educação racista e negacionista de sua própria história racial.

A educação brasileira, no que diz respeito a base, está ancorada numa estrutura epistêmica provinciana e camuflada de universal que se encontra no cânone do

⁴ Negros, indígenas, pobres, comunidades tradicionais entre outros.

pensamento monopolizador do conhecimento do mundo, ou seja, o pensamento eurocêntrico e norte-americano branco (Grosfoguel, 2016).

Dessa forma, como propõe Aníbal Quijano, é necessário uma descolonização do poder (saber), para que outras potencialidades intelectuais sejam valorizadas e as narrativas da história sejam reescritas por esses grupos de indivíduos invisibilizados. Essa é uma das questões que tangenciam a necessidade de um currículo decolonial, que tenha como compromisso a reparação de toda uma história das populações negras que foi/é negada pelos agentes do estado e que tem o racismo estrutural, entendido como o fundamento das relações sociais (ALMEIDA, 2019), suas normas de tratamentos para com essas pessoas (Souza; Assis, 2019, p.65-66).

E neste cenário de disputa e domínio pela cohecimento e saber que a educação antirracista entra em cena, que podendo utilizar elementos afrofuturistas, se mostra como um caminho potente para a superação da negação da história negra repassada em espaços educacionais.

A educação antirracista utiliza de uma extensa variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o intuito de promover e expandir a igualdade racial e justiça social visando a eliminação por completo de discriminações e opressões no campo institucional e individual. (Troyna; Carrington, 1990).

Com a implementação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira* no Ensino Básico, tem surgido muitos estudos que se dedicam a refletir e construir caminhos para a execução da educação antirracista, no qual há um número crescente de estudos sendo produzidos com vista a contribuir na implementação de práticas pedagógicas antirracistas em espaços educacionais.

Refletir sobre a educação antirracista em território brasileiro nos insere num cenário de tensões e desafios devido a ininterrupta tentativa de negação por parte da dita “história oficial” contado em livros didáticos, que não refletem a realidade racial, política, econômica e social do Brasil. (Oliveira, 2014).

No Brasil, há importantes intelectuais negras e negros que vem contribuindo para que haja o enfrentamento e a superação de práticas epistemológicas racistas nos espaços escolares, dentre elas, cito por exemplo, Nilma Lino Gomes, intelectual com a obra *O movimento Negro Educador*; Petronilha Beatriz Gonçalves, intelectual que participou ativamente do processo de regulamentação da Lei 10.639/03; Eliane Cavalleiro, com destaque para sua obra *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, dentre outras e outros intelectuais que vem produzindo estudos para a efetivação de práticas antirracistas.

O racismo é presente em espaços escolares e se expressa de diversas maneiras, mostrando-se um ambiente hostil para as pessoas negras que frequentam estes espaços de ensino e aprendizagem. De acordo com Oliveira (2014, p.90),

“os casos de racismo vivenciados pelos sujeitos são sempre expressos numa visão de senso comum e caracterizados pelo mito da democracia racial. Por outro lado, quando o professor apresenta e mobiliza a discussão, surgem algumas frases recorrentes sobre o continente africano e os negros no Brasil: “África, a terra dos macacos”, “Africanos correm muito porque correm dos leões”, “Na África só tem aidético morto de fome”, “O continente africano só tem uma raça: preto”, “Africanos: burros, prostitutas, raquíticos, analfabetos, bandidos, escravos”, “Falar de África é falar de macumba”, “O negro foi escravo”, “A princesa Isabel libertou os escravos”, “Dia 13 de maio é dia dos escravos”, entre outras.

Esse é um dos contextos em que os métodos adotados pela educação antirracista visa enfrentar e superar nos espaços escolares, alguns dos métodos antirracistas caracterizados pela professora Eliane Cavalleiro são, por exemplo, implementar uma busca incessante e permanente sobre a reflexão do racismo presente no cotidiano escolar, reconhecer a existência das tensões que o problema racial causa na sociedade brasileira, ou seja, discutir transparentemente sobre a existência do racismo no Brasil e suas consequências nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. (Cavalleiro, 2001).

Assim, a conjuntura racial brasileira carece de uma atenção no que diz respeito aos comportamentos ensinados em espaços educacionais, formadores de pessoas de diversas raças e culturas que são parte da sociedade e reproduzem em seus meios sociais os aprendizados adquiridos em ambientes escolares.

Portanto, a educação antirracista, ao sugerir a desconstrução dos preconceitos e estereótipos racistas presentes na sociedade se torna uma aliada estratégica para o enfrentamento e superação do racismo nos espaços educacionais formais e não formais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o sociólogo jamaicano Stuart Hall, os processos culturais se manifestam de diferentes maneiras, influenciando diretamente na formação da identidade, costumes e comportamentos de tais comunidades. “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, p.12-13, 2006).

Em âmbitos sociológicos, a cultura é compreendida como tudo que é desenvolvido pelas comunidades e/ou grupos que se expressam em diversos campos da sociedade, como nas artes, crenças, dentre outros aspectos que as caracterizam nos espaços sociais, nas esferas coletiva, individual e na instância institucional.

Perante o exposto, as escolas “formais”, são encarregadas de articular e valorizar as diferenças “em vista do reconhecimento dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem e das relações entre as diferentes culturas que integram o contexto educacional” (Uchôa; Chaves; Pereira, p.64, 2021).

A educação que leva em consideração e valoriza as diferenças culturais, propicia um processo de formação emancipatória, possibilita que os indivíduos consigam dialogar com as diferentes realidades e facilita o intercâmbio cultural, aspecto imprescindível perante a construção e implementação da educação antirracista.

A partir destas considerações, é primordial destacar que, o currículo é um instrumento estratégico para implementação da educação antirracista, no cenário educacional é um guia que nos moldes “tradicionais” entrelaça “saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação” aspectos presentes nas expressões socioculturais presentes no sistema capitalista. (Silva, 1996, p.23).

Para contrapor essa lógica de currículo que produz a coexistência dos aspectos de transmissão e domínio do saber, Freire (1987), defende que a partir das diferentes culturas presentes nos espaços escolares, instituir e promover um diálogo sem que o mesmo hierarquize os saberes, é necessário estabelecer uma horizontalidade na construção e compartilhamento do conhecimento, o diálogo se mostra como estratégico no processo de ensino e aprendizagem mútuo dos sujeitos.

Nessa linha tênue entre ensino e aprendizagem, o corpo docente desenvolve um papel fundamental no processo do “ensinar”, o/a mesma precisa compreender que seu papel não é o de simplesmente partilhar informação, e sim participar e mediar os diferentes conhecimentos em sala, contribuindo para o desenvolvimento intelectual dos estudantes (hooks⁵, 2017).

Assim, a aprendizagem não significa acumulação de conhecimento, tampouco o processo formativo decorrente do método “decorativo”. Desta maneira, tanto as

⁵ bell hooks, opta por manter as iniciais de seu nome em minúsculo, sendo este um posicionamento político, onde afirma que o mais importante para ela é a substância/ideias que contém em suas escritas e não quem é, portanto, mantenho o nome dela em minúscula em meio a toda sua grandeza.

professoras e professores quanto alunas e alunos devem ser participantes ativos e não consumidores e/ou transmissores passivos.

Por fim, é no currículo, um dos materiais base na troca de saberes, que se faz necessário aprofundar os trabalhos sobre caminhos pedagógicos que possibilitem o intercâmbio entre as culturas, e conseqüentemente a instituição de práticas antirracistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de escolarização nas esferas institucionalizadas, têm um compromisso com o desenvolvimento de ensino e aprendizagem das/dos estudantes, necessita de esforços multilaterais de todos os envolvidos, desde materiais de base como o currículo até quem está na ponta como diretores, professores e principalmente as/os estudantes.

Desta maneira, propiciar um ensino que não hierarquiza as culturas e/ou os conhecimentos advindos destas culturas, é um caminho para a construção de uma educação antirracista, que segundo Cavalleiro (2001), para que haja uma superação do racismo dentro dos espaços escolares é preciso implementar ações que visam a equidade social, como por exemplo, problematizar as representações das imagens negras presentes em livros didáticos, olhar para os grupos negros não pela ausência, mas pela presença de seus conhecimentos desvalorizados socialmente, valorizar a identidade negra presente nos espaços escolares, dentre outras ações que possam colaborar para a erradicação do preconceito.

A promulgação da Lei 10.639/03 que inclui no currículo do Ensino Básico, tanto da rede pública, quanto privada a obrigatoriedade do ensino da *História Africana e Cultura Afro-brasileira*, é um passo importante, mas após 20 anos da Lei, ainda não dá conta das arestas raciais presentes nos espaços escolares. Para tanto, este é um indicativo de que, é preciso inspecionar e criar dispositivos factíveis de implementação da Lei, sendo a educação antirracista uma aliada imponente neste processo.

Uma, dentre tantas outras alternativas, que podem contribuir para implementação e expansão da educação antirracista nos espaços escolares é a valorização das diferentes culturas e suas expressões através das artes, que possibilita imaginar e criar novos processos de ensino e aprendizagem.

Imaginar outras possibilidades para o currículo é tão essencial quanto aterrizar em forma de criação/expressão destas culturas. O contato com outras culturas

(imaginação) através do diálogo, possibilita recriar, ressignificar e redimensionar outros mundos possíveis, para que outros conhecimentos possam ecoar das margens sociais e pautar novos caminhos antirracistas nos espaços escolares.

Diante desta proposição de um currículo que potencialize a educação antirracista, o movimento afrofuturista se mostra como uma ferramenta estratégica para sua construção, pois valoriza a identidade negra, de modo que, examina e desafia a normas sociais, a desigualdade racial e a opressão sistêmica por meio de expressões culturais, no qual questiona a ausência de presenças negras em futuros que não estejam ligados a sofrimento e violência, fortalece a cultura negra e fomenta a criação de novas narrativas livres das mazelas sociais e raciais.

A escola é, proeminentemente, um espaço que vivencia diariamente a diversidade, o corpo docente é o responsável direto por possibilitar a dialogicidade intercultural e promover a aproximação e respeito às diferentes culturas sem que haja a necessidade de hierarquizar-las, como ocorre em muitos espaços escolares na contemporaneidade.

Por fim, o concluo entre a educação antirracista e o movimento afrofuturista, promoverá nos sujeitos negros o pertencimento aos espaços em que os mesmos não são “bem-vindos”, o reconhecimento da cultura negra, assim como a conscientização e respeito por parte de pessoas não brancas garantindo a dignidade humana deste grupo excluído socialmente.

REFERÊNCIAS

Brasil, Luiza. **Dossiê Afrofuturismo**: saiba mais sobre o movimento cultural. Portal Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dossie-afrofuturismo-saiba-mais-sobre-o-movimento-cultural/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Cavalleiro, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

Dias, Nathaly de Moraes. **A ficção afrofuturista na educação decolonial brasileira**. Cadernos de Clio. v. 11, n. 2, p.37-67, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cli/article/view/79828>. Acesso em: 16/02/2024.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Gnipper, Patricia; Yuge, Claudio. **O que é o afrofuturismo, gênero artístico que mescla cultura africana com sci-fi**. Canaltech, 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/entretenimento/conheca-o-afrofuturismo-genero-artistico-que-mescla-cultura-africana-com-sci-fi-111584/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ed. Martins Fontes: São Paulo, 2017.

Grosfoguel, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, jan./abr. p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Kabral, Fábio. **Afrofuturismo**: Ensaios sobre narrativas, definições, mitologia e heroísmo. 2020. Disponível em: <https://fabiokabral.wordpress.com/2018/07/12/afrofuturismo-ensaios-sobre-narrativas-definicoes-mitologia-e-heroismo/> Acesso em: 25 fev. 2024

Lei 10.639 sobre ensino de história e cultura afro-brasileira não é cumprida em 71% dos municípios brasileiros, aponta pesquisa de Geledés e Instituto Alana. **Alana**, 2023. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>. Acesso em: 06.fev.2024.

Troyna, Barry; Carrington, Bruce. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.

Oliveira, Luiz Fernando de. Educação Antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.39, n. 1, p. 81-98, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/i/2014.v39n1/>>. Acesso em: 25/02/2024.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

Souza, Esdras Oliveira; Assis, Kleyson Rosário. O Afrofuturismo como dispositivo na construção de uma proposta educativa antirracista. **Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas**, Serra Talhada. v. 6, n. 1, jan./dez, 2019, p. 64-84. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/entheoria/article/view/3009>. Acesso em: 25/02/2024.

Uchôa, Márcia Maria Rodrigues; Paraguassú Chaves, Carlos Alberto; PEREIRA, Carlos Eugênio. Currículo e culturas: a Educação Antirracista como direito humano. **Revista Teias, [S. l.]**, v. 22, p. 61–72, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.61610. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/61610>. Acesso em: 5 mar. 2024.